

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**ATMA PARTICIPAÇÕES S.A.
(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Conteúdo

Mensagem da Administração	4
Relatório dos auditores independentes	5
Balanço patrimonial	11
Demonstração dos resultados	13
Demonstração dos resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração dos fluxos de caixa	16
Demonstração do valor adicionado	17
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	18
1.1 Incerteza relevante sobre continuidade operacional	18
2 Declaração da Administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	24
2.1 Base de preparação e apresentação	24
2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	25
3 Principais políticas e práticas contábeis materiais	27
3.1 Base de consolidação	27
3.2 Classificação de ativos e passivos	27
3.3 Moeda funcional	27
3.4 Ajustes a valor presente de ativos e passivos	28
3.5 Instrumentos financeiros	28
3.6 Ativo imobilizado	30
3.7 Ativo intangível	31
3.8 Arrendamentos	31
3.9 Investimentos	32
3.10 Receita de vendas	33
3.11 Tributos sobre a receita	34
3.12 Custos e despesas	34
3.13 Receitas e despesas financeiras	34
3.14 Lucro (Prejuízo) por ação	34
3.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024	34
3.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes	35
4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	36
5 Contas a receber de clientes	37
5.1 Contas a receber de clientes	37
5.2 Contratos em garantia	37
6 Tributos a recuperar	38
7 Despesas antecipadas e demais ativos	38
8 Investimentos	39
8.1 Movimentação dos investimentos	39
8.2 Informações financeiras resumidas das controladas diretas:	39
9 Imobilizado	40
10 Intangível	42
11 Direito de uso	43
12 Fornecedores	44
13 Salários, encargos sociais e benefícios	45
14 Tributos a recolher e parcelamentos fiscais	45
15 Imposto de renda e contribuição social diferido	46
15.1 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado	46
16 Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	47
16.1 Debêntures	47
16.2 Empréstimos e financiamentos	48
17 Passivos de arrendamento	48
18 Provisão para contingências e depósitos judiciais	49
18.1 Provisão para perdas prováveis	50
19 Demais obrigações	52
20 Transações e saldos com partes relacionadas	53
20.1 Avais concedidos	53
20.2 Remuneração dos administradores (Conselheiros de Administração e Diretores estatutários)	53

21	Patrimônio líquido	54
	21.1 Capital social	54
	21.2 Ações - Composição e movimentação	54
	21.3 Dividendos	54
22	Receita operacional líquida	55
23	Custos e despesas por natureza	55
	23.1 Custos dos serviços prestados	55
	23.2 Despesas gerais e administrativas	55
24	Outras (Despesas)/receitas operacionais, líquidas	56
25	Receitas (Despesas) financeiras líquidas	56
	25.1 Receitas financeiras	56
	25.2 Despesas financeiras	57
26	Resultado por ação	57
27	Informação por segmento	58
28	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	59
	28.1 Administração do risco de liquidez	59
	28.2 Administração do risco de crédito	59
	28.3 Administração do risco de taxa de juros	60
	28.4 Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria	60
	28.5 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros	61
29	Cobertura de seguros	61

Mensagem da Administração

O ano de 2024 marcou um período significativo em nosso plano estratégico. Consolidamos resultados operacionais positivos, atingindo R\$ 39,7 milhões no ano, um crescimento expressivo de 202 % em comparação ao ano de 2023. Este resultado é fruto de nossas iniciativas focadas em recuperação de margens e eficiência operacional e expansão da carteira de clientes.

Intensificamos ações que fortalecem as bases para recuperação sustentável de nossas margens, com destaque para a otimização de infraestrutura, ganhos de escala, desempenho operacional e produtividade. Isso resultou em uma notável redução de 4% em nossos custos comparando com o ano de 2023, mesmo com o crescimento expressivo de receita.

A Companhia continua apresentando crescimento sustentado no EBITDA, que no ano de 2024 alcançou R\$ 7,3 milhões representando um crescimento de 106 % em comparativo com o ano de 2023.

Mantemos nosso compromisso com a diversidade e inclusão de nossa força de trabalho. Continuamos a promover a equidade de gênero em todos os níveis organizacionais, com uma representação significativa de mulheres em posições de liderança.

Além disso, a Companhia desempenha um papel importante no desenvolvimento de novos talentos, com mais de 16,1% de nossos colaboradores tendo conquistado seu primeiro emprego formal conosco. Estes dados refletem nossa dedicação contínua em criar um ambiente de trabalho diversificado e inclusivo, contribuindo para o desenvolvimento profissional e social das comunidades onde atuamos.

Adicionalmente, firmamos contratos importantes com o setor financeiro e de energia, tendo iniciado a implantação destas operações entre setembro e outubro de 2024. A expectativa é que esses novos contratos gerem um faturamento mensal aproximadamente de R\$ 10 milhões em maio de 2025, quando estiverem 100% implantados.

Encerramos o ano com foco no contínuo crescimento da Receita e na consolidação de margens positivas, mantendo nosso compromisso com a excelência operacional, o cuidado com nossos colaboradores e na melhoria contínua da experiência de nossos clientes.

DRE			
Em milhões de R\$	2024	2023	YtY
Receita operacional líquida	371,9	307,6	21%
Custo dos serviços prestados	(332,2)	(346,7)	-4%
Resultado Operacional	39,8	(39,1)	-202%
Gerais e administrativas	(91,1)	(109,2)	-17%
Outras despesas operacionais	(1,9)	(72,3)	-97%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	(53,2)	(220,6)	-76%
Receitas financeiras (a)	7,7	752,4	-99%
Despesas financeiras	(58,1)	(56,5)	3%
Resultado financeiro	(50,4)	695,9	-107%
Lucro (Prejuízo) operacional antes do IR e CSLL	(103,6)	475,3	-122%
Imposto de renda e contribuição social	(37,1)	114,6	-132%
Lucro (Prejuízo) do período	(140,7)	589,9	-124%
Depreciação e amortização	60,5	100,4	-40%
Despesas / Receitas financeiras	50,4	(695,9)	-107%
IR / CS	37,1	(114,6)	-132%
EBITDA	7,3	(120,2)	-106%

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores, Acionistas e Conselheiros da
Atma Participações S.A. (Em recuperação judicial)
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Atma Participações S.A.- Em recuperação Judicial (“**Atma**” ou a “**Companhia**”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis, materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Limitação de Escopo - Recuperabilidade de ágio

Conforme descrito nas notas explicativas de nº 08 e 10, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém registrado em seu balanço, ágios gerados sobre a perspectiva de rentabilidade futura de diversas aquisições efetuadas no montante de R\$ 394.978 mil (R\$ 394.978 mil em 31 de dezembro de 2023) na controladora, e o montante de R\$ 640.465 mil (R\$ 640.465 mil em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. Devido ao atual estágio de reestruturação financeira e tributária da Companhia, a administração está em processo de revisão das premissas utilizadas para conclusão do estudo de recuperabilidade e da documentação suporte sobre estes ativos. Dessa forma, ficamos impossibilitados de concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos registrados na rubrica de ágio em 31 de dezembro de 2024, assim como, nos elementos correspondentes, nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, caso existam.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 7 de junho de 2022, a ATMA e suas subsidiárias ajuizaram Pedido de Recuperação Judicial (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1058558-70.2022.8.26.0100, o qual foi deferido em 15 de junho de 2022. Em 22 de agosto de 2022 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) em consolidação substancial das recuperandas, o qual foi aprovado em 3 de março de 2023, pelos credores na Assembléia Geral de Credores e homologado judicialmente em 4 de abril de 2023. No entanto, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia ainda apresenta passivo circulante superior total do ativo circulante no montante de R\$ 3.522 mil na controladora e R\$ 225.057 mil no consolidado, além de prejuízos acumulados de R\$ 1.059.955 mil na controladora e no consolidado. Adicionalmente, conforme exposto nas Notas Explicativas de nº 12, 13, 14 e 16, a Companhia ainda apresenta saldos elevados nas rubricas de fornecedores, salários e encargos sociais, tributos a recolher, parcelamentos previdenciários e sociais, empréstimos, financiamentos e debêntures, que foram renegociados com seus credores, porém, a liquidação ainda está diretamente ligada ao sucesso e execução do plano de recuperação judicial (PRJ). Essas condições indicam a existência de incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas no cumprimento do plano homologado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” e do assunto relacionado ao valor recuperável dos ágios, descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme divulgado na nota explicativa nº. 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de registro de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada a possibilidade de mensuração confiável, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas***Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:***

- Discussão com a Administração e o departamento jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas;
- Obtenção de confirmações formais dos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas;
- Reconciliação das cartas dos consultores jurídicos externos com a posição da conciliação das informações recebidas do departamento jurídico utilizados como base para constituição das provisões contábeis e divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- Realização de testes nas rubricas correspondentes a despesas legais, com o objetivo de verificar se existiriam assessores jurídicos eventualmente não cobertos pelos nossos procedimentos de solicitação de confirmação externa; e
- Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.
- Envolvimento de especialistas internos para avaliação ao plano de pagamentos de parcelamentos tributários.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos***Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria***

Conforme descrito na nota explicativa nº 15 “Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos” em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 19.912 mil provenientes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de realização futura.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria de 2024, devido à subjetividade e julgamentos utilizados pela administração na elaboração da realização do saldo, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas***Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:***

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a suficiência da projeção de utilização futura contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados poderiam ser realizados, incluindo as projeções operacionais, financeiras, dados macroeconômicos, do setor e de participantes de mercado, e efetuamos análise de sensibilidade das premissas mais significativas utilizadas. Envolvemos também os nossos especialistas em tributos para validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico "CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "base para opinião com ressalva", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito, descrito na seção "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, apresentam distorções relevantes em função da recuperabilidade do ágio. Portanto, o relatório da administração apresenta eventuais efeitos que não foram possíveis de concluir se existiriam nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de abril de 2025

Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.
CRC 2 SP023701/O-8

Assinado por:

Paulo Alexandre Misse

E65DDEDDF9B74AE...

Paulo Alexandre Misse
Contador CRC 1SP268349/O-5

Assinado por:

Tibério do Nascimento Melo

8B414058AA2E402...

Tibério do Nascimento Melo
Contador CRC 1SP313893/O-2

Atma Participações S.A.**Balanço patrimonial em 31 de dezembro**
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	68.431	59.329
Contas a receber de clientes	5.1	-	-	49.776	85.355
Contratos em garantia	5.2	-	-	5.525	3.373
Tributos a recuperar	6	36	982	26.689	181.831
Despesas antecipadas e demais ativos	7	221	-	2.820	14.123
Ativos mantidos para venda	27	-	-	4.962	-
Total do ativo circulante		258	983	158.203	344.011
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	18	16.555	16.562	164.002	188.445
Tributos a recuperar	6	529	-	84.478	-
IRPJ e CSLL diferidos	15	-	625	19.912	124.305
Despesas antecipadas e demais ativos	7	-	-	1.365	45.895
Partes relacionadas	20	-	293	-	-
Investimentos em controladas	8.1	486.000	561.207	-	-
Imobilizado	9	-	-	15.313	27.347
Intangível	10	320.636	356.305	646.759	692.912
Direito de uso	11	-	-	15.519	21.541
Total do ativo não circulante		823.720	934.992	947.348	1.100.445
Total do ativo		823.977	935.975	1.105.551	1.444.456

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atma Participações S.A.**Balanço patrimonial em 31 de dezembro**
(Em milhares de Reais)**(continuação)**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	2024	2023	2024	2023
Passivo circulante					
Fornecedores	12	1.439	531	26.351	21.824
Salários, encargos sociais e benefícios	13	1.199	2.046	133.627	125.937
Empréstimos e financiamentos	16.2	-	-	56.782	83.320
Debêntures	16.1	-	-	2.757	-
Tributos a recolher	14	1.142	1.458	157.378	155.175
Passivo de arrendamento	17	-	-	6.365	6.346
Demais obrigações	19	-	34	-	8.753
Total do passivo circulante		3.780	4.069	383.260	401.355
Passivo não circulante					
Fornecedores concursal	12	1.040	1.204	39.063	39.230
Empréstimos e financiamentos	16.2	1.672	1.710	35.028	15.404
Debêntures	16.1	75.351	68.956	107.028	104.296
Tributos a recolher	14	10.750	9.814	163.330	222.136
IRPJ e CSLL diferidos	15	149.110	133.716	192.695	264.790
Passivo de arrendamento	17	-	-	12.753	18.672
Provisão de contingências	18	-	-	316	67.022
Partes relacionadas	20	408.986	402.505	6.283	4.989
Dividendos a pagar	21.3	4.751	4.527	4.749	4.527
Obrigações com controladas	8	19.267	19.447	-	-
Demais obrigações	19	-	-	11.776	12.008
Total do passivo não circulante		670.927	641.879	573.021	753.074
Total do passivo		674.707	645.948	956.281	1.154.429
Patrimônio líquido					
Capital social	21	1.419.403	1.419.403	1.419.403	1.419.403
Reserva de capital		154.017	154.017	154.017	154.017
Outros resultados abrangentes		(364.195)	(364.195)	(364.195)	(364.195)
Prejuízo acumulado		(1.059.955)	(919.198)	(1.059.955)	(919.198)
Patrimônio líquido		149.270	290.027	149.270	290.027
Total do passivo e do patrimônio líquido		823.977	935.975	1.105.551	1.444.456

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atma Participações S.A.**Demonstração dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro****(Em milhares de Reais , exceto quando indicado de outra forma)**

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	22	-	-	371.753	307.605
Custo dos serviços prestados	23.1	-	-	(332.092)	(346.733)
Resultado operacional bruto		-	-	39.661	(39.128)
Gerais e administrativas	23.2	(1.242)	(2.364)	(91.003)	(109.143)
Outras (Despesas) receitas operacionais, líquidas	24	(40.272)	(29.070)	(1.851)	(72.310)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(75.027)	551.257	-	-
Resultado antes das receitas (Despesas) financeiras		(116.541)	519.823	(53.193)	(220.581)
Receitas financeiras	25.1	1	78.111	8.306	752.372
Despesas financeiras	25.2	(8.198)	(10.061)	(58.775)	(56.469)
		(8.197)	68.050	(50.469)	695.903
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(124.739)	587.873	(103.662)	475.322
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15.1	-	-	(4.798)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15.1	(16.020)	2.080	(32.298)	114.631
Lucro ou (Prejuízo) do exercício		(140.758)	589.953	(140.758)	589.953
Lucro ou (Prejuízo) por ação ordinária (em Reais):					
Básico	26	(5,2698)	22,0871	(5,2698)	22,0871
Diluído		(5,2698)	22,0871	(5,2698)	22,0871

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atma Participações S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora e Consolidado</u>		
	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro ou (Prejuízo) do exercício		<u>(140.758)</u>	<u>589.953</u>
		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício		<u><u>(140.758)</u></u>	<u><u>589.953</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atma Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Ações em tesouraria</u>	<u>Reserva especial de ágio</u>	<u>Outras reservas de capital</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.419.403	(19.450)	10.675	162.792	(364.195)	(1.509.151)	(299.926)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	589.953	589.953
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.419.403	(19.450)	10.675	162.792	(364.195)	(919.198)	290.027
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(140.758)	(140.758)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.419.403</u>	<u>(19.450)</u>	<u>10.675</u>	<u>162.792</u>	<u>(364.195)</u>	<u>(1.059.955)</u>	<u>149.270</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atma Participações S.A.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Atividades operacionais				
Lucro ou (Prejuízo) do exercício	(140.758)	589.953	(140.758)	589.953
Ajustes ao prejuízo:				
Depreciação e amortização	35.669	40.663	60.510	100.398
Resultado de equivalência patrimonial	75.027	(551.257)	-	-
Provisão para perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	2.707
Perdas de contas a receber	-	-	45.219	43.112
(Reversão) Provisão para contingências	-	-	(66.706)	715
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.020	2.080	32.298	114.631
Juros e variação monetária, líquidos	-	-	22.028	41.617
Baixa de arrendamentos	-	-	(223)	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado, direito de uso e arrendamento	-	-	(5.256)	(27.330)
Efeitos da renegociação fiscal em virtude da recuperação judicial	-	(23.778)	(31.976)	(253.442)
Efeitos homologação recuperação judicial	-	(54.331)	-	(453.798)
Atualização monetária recuperação judicial	6.704	9.263	10.588	13.884
Lucro (Prejuízo) ajustado	(7.338)	12.593	(74.275)	172.447
Aumento/redução de ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(9.640)	42.270
Garantias contratuais	-	-	(2.152)	(251)
Tributos a recuperar	417	(106)	70.664	(60.991)
Despesas antecipadas e demais ativos	(255)	-	55.833	977
Depósitos judiciais	6	(3)	24.443	15.963
Aumento/redução de passivos				
Fornecedores	701	1.171	3.308	(101.065)
Pessoais e encargos sociais a pagar	(927)	(2.487)	7.276	(49.766)
Tributos e parcelamentos a pagar	622	(3.449)	(56.603)	16.334
Outros passivos	-	1.311	(8.985)	(73.224)
Caixa gerado pelas (Utilizado nas) operações	(6.774)	9.030	9.869	(37.306)
Atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	-	(130)	-
Venda de imobilizado	-	-	4.125	-
Aquisição da controlada Youtility líquido do caixa obtido na aquisição	-	-	-	5.900
Caixa gerado pelas (Utilizado nas) atividades de investimento	-	-	3.995	5.900
Atividades de financiamento				
Pagamento de juros sobre empréstimos	-	-	(3.786)	-
Pagamento de juros sobre debêntures	-	-	(8.344)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	16.668	85.713
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	(86.221)
Variação com partes relacionadas	6.774	(9.039)	(2)	-
Pagamento de arrendamento	-	-	(9.298)	(8.000)
	-	-	-	-
Caixa gerado pelas (Utilizado nas) nas atividades de financiamento	6.774	(9.039)	(4.762)	(8.508)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	(9)	9.102	(39.914)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	10	59.329	99.243
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1	68.431	59.329
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	(9)	9.102	(39.914)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atma Participações S.A.**Demonstração do valor adicionado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Prestação de serviços	-	-	369.801	353.566
	-	-	369.801	353.566
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos e serviços prestados	-	-	(38.203)	(6.829)
Materiais e serviços e terceiros	(3.527)	(157)	(59.655)	(48.800)
Outros	(11)	-	3.376	-
	(3.538)	(157)	(94.482)	(55.629)
Valor adicionado bruto	(3.538)	(157)	275.319	297.937
Depreciação e amortização	(35.669)	(40.663)	(60.510)	(100.375)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(39.207)	(40.820)	214.809	197.562
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(75.027)	551.257	-	-
Receitas financeiras	1	78.109	8.305	616.956
Valor adicionado total a distribuir	(114.233)	588.546	223.114	814.518
Pessoal				
Remuneração direta	601	492	246.969	196.634
Benefícios	-	-	51.772	38.013
FGTS	-	-	22.576	12.117
Outros	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	-			
Federais	17.716	(1.980)	(33.603)	(69.456)
Estadual	-	-	188	-
Municipais	10	81	12.256	11.831
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações monetárias	8.198	-	58.775	25.024
Aluguéis	-	-	4.939	10.402
Remuneração de capitais próprios				
Lucro (Prejuízo) do exercício	(140.758)	589.953	(140.758)	589.953
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(114.233)	588.546	223.114	814.518

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A ATMA Participações S.A. - Em Recuperação Judicial é uma sociedade anônima de capital aberto listada na Bolsa de Valores do Brasil (“B3”), classificada na categoria A Seguimento Básico de Governança Corporativa, com ações negociadas sob o código **ATMP3**. A sede social da Companhia está localizada na Rua Beneditinos, nº 15/17, cidade e estado do Rio de Janeiro.

A ATMA Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, (descrita adiante como “ATMA”, “controladora” ou “Companhia”) é a empresa holding de um dos maiores grupos de prestação de serviços do país nas áreas de (i) Manutenção Industrial e *Facilities*, (ii) Atendimento a Clientes (*contact center e trade marketing*) e (iii) Tecnologia da Informação.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia contava com aproximadamente 12.547 colaboradores diretos, com atuação nacional e unidades em todas as regiões do Brasil.

O quadro a seguir apresenta as participações societárias da Companhia nas suas controladas direta e indiretas para os /exercícios de 2024 e 2023:

	% Participação direta ou indireta	
	2024	2023
Contax S.A.	100%	100%
Youtility Center do Brasil Serviços de Informática e Telemarketing Ltda. (a)	100%	100%
Elfe Operação e Manutenção S.A.	100%	100%
Solvian Tecnologia e Integração Ltda	100%	100%
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Ltda	100%	100%
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Ltda	100%	100%
ATMA Administração Financeira Ltda.	100%	100%

(a) Controlada indireta adquirida em setembro de 2023.

Em 2024, a ATMA, para o cenário de curto prazo, segue com foco na melhoria de rentabilidade de suas operações através de: (1) composição de carteira de clientes e serviços de maior retorno para a Companhia; (2) otimização de custos diretos e indiretos; e (3) otimização de sua estrutura de despesas gerais e mão de obra indireta. No que se refere aos resultados financeiros, a Companhia seguirá trabalhando de forma conjunta com seus credores e investidores para promover o ajuste em sua estrutura de capital.

1.1 Incerteza relevante sobre continuidade operacional

A Administração considera que a situação patrimonial e financeira é um assunto relevante no contexto das demonstrações financeiras do Grupo ATMA.

A Companhia firmou contratos e começou a implantação de novas operações entre setembro e outubro de 2024. A expectativa é que esses novos contratos gerem um faturamento mensal aproximado de R\$15.000 mil quando estiverem 100% implantados.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 140.758 mil (Lucro R\$ 589.953 mil em 31 de dezembro de 2023), capital circulante líquido (CCL) negativo de R\$ 3.522 mil (R\$ 3.086 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R\$ 225.057 (R\$ 57.344 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$ 1.059.955 mil (R\$ 919.198 mil em 31 de dezembro de 2023) individual e consolidado. A prerrogativa de continuidade dos negócios utilizada pela Companhia para elaboração das suas demonstrações financeiras depende do sucesso de execução dos planos abaixo:

Recuperação Judicial

O procedimento de recuperação judicial é o instrumento jurídico que, ao lado do plano de recuperação extrajudicial homologado em 2020, permite o equacionamento da estrutura de capital das empresas integrantes do Grupo ATMA, viabilizando o cumprimento das obrigações assumidas perante os seus credores.

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial é mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continuará trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo seus serviços para todos os segmentos de mercado em que atua. As atividades continuam sendo desempenhadas prontamente e toda a força de trabalho manterá normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas.

A Companhia entende que o ajuizamento do pedido de recuperação judicial viabilizará a conclusão do projeto de reestruturação do Grupo ATMA e a implementação dos seus objetivos de excelência operacional, rentabilidade e de geração de empregos.

Em 07 de junho de 2022, a Companhia e suas subsidiárias Contax S.A., Elfe Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial ("Pedido") na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Em 09 de junho de 2022 foi deferida a antecipação dos efeitos do "stay period", determinando a diligência de constatação prévia e a suspensão de todas as execuções ajuizadas contra as recuperandas, bem como obstando quaisquer atos de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das recuperandas.

Em 15 de junho de 2022 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial, nomeando-se como Administrador Judicial a empresa Capital Administradora Judicial Ltda., representada pelo Sr. Luís Claudio Montoro Mendes. Em 02 de agosto de 2022 foi disponibilizado no diário de justiça eletrônico o edital de convocação dos credores contendo, o resumo do pedido e da decisão de processamento, a disponibilização da relação nominal de credores e o início do prazo para apresentação e processamento das habilitações e divergências dos créditos. Em 17 de agosto de 2022 foi encerrado o prazo para apresentação das divergências, na fase administrativa.

Em 22 de agosto de 2022 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial em consolidação substancial das recuperandas e aguarda aprovação, onde foram distribuídos os credores da seguinte forma:

- 1ª Classe - Trabalhista e Escritórios jurídicos trabalhista;
- 2ª Classe - Não se aplica;
- 3ª Classe - Fornecedores, Empréstimos, Debêntures e Partes relacionadas; e
- 4ª Classe - Fornecedores ME e EPP.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

Em 03 de março de 2023, o Grupo ATMA e suas subsidiárias Contax S.A., ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. obtiveram aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) através de Assembléia Geral de Credores.

Em 04 de abril de 2023 o Grupo ATMA e suas subsidiárias Contax S.A, ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. vem informar que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão que teve por objeto a homologação do Plano de Recuperação Judicial (Plano).

O Plano com mais de 39 mil credores cujos créditos somam o valor de face de 1,4 bilhão de reais. A aprovação foi obtida com o voto de 68,8% dos detentores de créditos presentes à Assembleia. Com a homologação do Plano, a Companhia concluiu o processo de reestruturação do seu passivo financeiro e operacional.

A seguir, descrevemos as principais cláusulas do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), por classe, com os respectivos cronogramas de pagamento e índices de correção monetária:

Créditos Trabalhistas

Os Credores Trabalhistas poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Trabalhistas, de acordo com uma das opções descritas nas Cláusulas abaixo, e desde que observado o procedimento para Exercício de Opção detalhado na Cláusula 4.1 do PRJ.

Opção A. Credores Trabalhistas que validamente elegerem a presente opção A terão seus Créditos Trabalhistas reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, até o limite de seu crédito ou R\$ 500,00 (quinhentos reais), o que for menor, em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente (“Créditos Trabalhistas - Opção A”).

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Trabalhistas - Opção A serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B. Os Credores Trabalhistas que validamente elegerem a presente opção B terão seus Créditos Trabalhistas reestruturados e pagos da seguinte forma (“Créditos Trabalhistas - Opção B”):

Credores Trabalhistas com Créditos de até 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos. O Credor Trabalhista fará jus ao recebimento do valor correspondente a 15% (quinze por cento) do seu Crédito Trabalhista em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente; e

Credores Trabalhistas com Créditos de valor superior a 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos. O Credor Trabalhista fará jus a:

- (i) **parcela inicial:** correspondente a 15% (quinze por cento) de 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos, em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente; e

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
(Em milhares de Reais)

- (ii) **parcela remanescente:** o valor do Crédito Trabalhista que sobejar 150 Salários-Mínimos será reestruturado e pago de acordo com as condições previstas para os Créditos Quirografários Não Financeiros, nos termos das Cláusulas 3.3.1 ou 3.3.2 do PRJ, conforme aplicável.

Correção e Juros remuneratórios

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Trabalhistas quitados de acordo com os termos constantes da Cláusula 3.1.2.1(i) do PRJ serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Créditos Quirografários

Créditos Quirografários Não Financeiros. Os Credores Quirografários Não Financeiros poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Quirografários Não Financeiros, de acordo com uma das opções descritas nas Cláusulas abaixo, e desde que observado o procedimento para Exercício de Opção descrito na Cláusula 4.1 do PRJ.

Opção A. Os Credores Quirografários Não Financeiros que validamente elegerem a presente opção A terão seus Créditos Quirografários Não Financeiros reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, até o limite do seu Crédito Quirografário Não Financeiro ou R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o que for menor, em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente (“Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção A”).

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção A serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B. Credores Quirografários Não Financeiros que validamente elegerem a presente opção B terão seus Créditos Quirografários Não Financeiros reestruturados e integralmente pagos em recursos monetários nacionais, em dinheiro, nos termos desta Cláusula (“Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B”).

Vencimento. Os Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B terão vencimento no 19º (décimo nono) Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano.

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Parcela	Vencimento	Valor Amortizado dos Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B
1ª	3º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	1%
2ª	4º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	2%
3ª	5º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	3%
4ª	6º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	4%
5ª	19º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	Saldo remanescente

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
(Em milhares de Reais)

Credores Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo. Os Credores Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo observarão as regras de amortização de principal e juros remuneratórios previstas nesta Cláusula.

Vencimento

Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo terão vencimento no 6º (sexto) Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano.

Juros Remuneratórios

Juros Remuneratórios. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo renderão juros correspondentes à variação da Taxa DI, acrescido de sobretaxa de 1,25% a.a., desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento (“Remuneração Créditos Quirografários Financeiros de Curto Prazo”).

Data de Pagamento de Juros Remuneratórios. Os juros remuneratórios objeto da Cláusula acima incidentes desde a Data do Pedido até o 2º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano serão capitalizados. Os juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor dos Créditos Quirografários de Vencimento de Curto Prazo após o 2º Aniversário da Data de Homologação Judicial serão pagos a partir do pagamento da 2ª (segunda) parcela (inclusive) e nas datas de amortização do principal indicadas no cronograma da Cláusula abaixo, item (ii) juntamente com a parcela de amortização do principal.

Cronograma de Amortização do Principal. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo serão amortizados em 17 (dezesete) parcelas, sendo que:

- (i) a 1ª (primeira) parcela consistirá na distribuição pro rata de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) de forma proporcional ao valor de cada Crédito Quirografário Financeiro de Vencimento de Curto Prazo, a ser paga no último Dia Útil do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente; e
- (ii) as demais parcelas serão pagas trimestralmente, a partir do 2º (segundo) Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano e a última na data de vencimento prevista na Cláusula 3.3.3.1, de acordo com a seguinte regra:

Parcelas	Percentual de Amortização do saldo dos Créditos
2ª à 5ª	2,5%
6ª à 9ª	5,0%
10ª à 13ª	7,5%
14ª à 16ª	10,0%
17ª	Saldo remanescente

Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo. Os Credores Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo observarão as regras de amortização de principal, juros e atualização monetária previstas nesta Cláusula.

Vencimento. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo terão vencimento em 31 de dezembro de 2038.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

Juros Remuneratórios. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo renderão juros correspondentes a variação da TR, acrescido de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), capitalizados desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento, em 31 de dezembro de 2038.

Cronograma de Amortização do Principal. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo serão amortizados em parcela única, devida em 31 de dezembro de 2038.

Créditos ME/EPP

Os Credores ME/EPP poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos ME/EPP de acordo com uma das opções descritas nas Cláusulas abaixo, e desde que observado o procedimento para Exercício de Opção descrito na Cláusula 4.1 abaixo.

Opção A. Credores ME/EPP que validamente elegerem a presente opção A terão seus Créditos ME/EPP reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, até o limite de seu Crédito ME/EPP ou R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), o que for menor, em dinheiro, em parcela única, devida até no último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente ("Créditos ME/EPP - Opção A").

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos ME/EPP - Opção A serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B. Credores ME/EPP que validamente elegerem a presente opção B terão seus Créditos ME/EPP reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, em valor equivalente a 10% (dez por cento) do montante integral do Crédito ME/EPP, em dinheiro, em parcela única, devida até o último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente ("Créditos ME/EPP - Opção B").

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos ME/EPP - Opção B serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Créditos ME/EPP Retardatários e Opção Padrão de Pagamento. Os Credores ME/EPP que não validamente realizarem a Eleição de Opção de Pagamento e os Credores ME/EPP que sejam Credores Retardatários serão reestruturados e pagos necessariamente nos termos da opção Créditos ME/EPP - Opção B, tendo direito a receber apenas os pagamentos de juros, correção monetária e de principal realizados nos termos da opção Créditos ME/EPP - Opção B que vencerem após 30 Dias Corridos contados do recebimento pelas Recuperandas de notificação enviada pelo Credor ME/EPP, nos termos da Cláusula 9.3, comunicando (a) a publicação da decisão que determinar a inclusão do referido Crédito ME/EPP na Lista de Credores; ou (b) havendo recurso processado com efeito suspensivo contra a referida decisão, a publicação da decisão monocrática ou colegiada que julgar o recurso em definitivo.

Com a homologação e execução do plano de recuperação judicial a Contax vem reestruturando seu portfólio de novos Clientes para 2025, buscando principalmente melhores margens e aumento de Receita. .

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

Youtility

Em 29 de junho de 2023 foi celebrada a intenção de aquisição da Youtility Center do Brasil Serviços de Informática e Telemarketing Ltda. pela Contax S.A., com a assinatura de Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, que está condicionada ao atendimento de cláusulas precedentes, materializadas em setembro de 2023.

Fundada em 2013, a Youtility faturamento líquido 71.884 mil em 2022 e presta serviços de Telemarketing e Tele vendas, com foco no atendimento por meio de Canais Digitais e conta com cerca de 1,5 mil funcionários. A empresa está localizada no Estado do Rio de Janeiro.

A aquisição da Youtility se dará na forma de *Revenue Share*, com preço mínimo de R\$ 18 milhões, a serem pagos ao longo dos próximos 3 anos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

A aquisição da Youtility está inserida na estratégia da Companhia de reforçar a sua oferta de produtos, consolidando sua presença nos canais digitais de atendimento, aumentando seu portfólio, além de aumentar a sua capacidade de atendimento e volume de transações.

Partes relacionadas

Com base no plano de reestruturação financeira da Companhia, em 27 de março de 2025 a Administração da Companhia deliberou pelo perdão da dívida entre a Controladora e suas Controladas no montante de R\$ 408.986 mil originalmente decorrente de contratos de mútuos entre as partes.

O perdão da obrigação esta alinhado a estratégia do grupo e formalizado por meio de instrumento próprio, com aprovação das partes envolvidas.

A operação não resultará em impacto no caixa da Companhia e será recolhida contabilmente no primeiro trimestre de 2025.

O tratamento contábil e a divulgação da transação seguem os princípios de transparência, substância econômica equidade nas operações com as partes relacionadas, em conformidade com os normativos de CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas.

2 Declaração da Administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e são comparativas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com os procedimentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), estando totalmente convergentes com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 07 de abril de 2025 e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão, considerando os eventos subsequentes até a referida data.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas que envolvem incertezas:

(a) Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido, como regra geral, através do preço de cotação em mercados ativos. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido através de mercados ativos, seu valor é determinado com base em técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas avaliações se baseiam naqueles praticados no mercado, ou, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos (Nota 18). Provisões para riscos dessa natureza são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado, sendo provável que desembolsos sejam requeridos para liquidar a obrigação, bem como uma estimativa do valor possa ser feita com relativa segurança.

Na avaliação de probabilidade é utilizado o conjunto de evidências disponível a ser aplicado aos processos, dentre os quais a hierarquia das leis, as jurisprudências atualizadas, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros devem ser avaliados periodicamente ou caso existam indícios de redução do seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo não financeiro ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo, deduzido os custos de venda, e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível (i) à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados, e (ii) à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

(d) Imposto de renda e contribuição social e diferidos

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL") são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL, podendo ocorrer a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitada a 30% do lucro real apurados.

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil. Os ativos e passivos de IRPJ e CSLL diferidos são classificados como não circulantes. A análise é feita individualmente por controlada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam em vigor na data do balanço.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na proporção das projeções de lucro tributável futuro e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usados. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia mantém ativos diferidos de prejuízos fiscais no montante de R\$ 19.912 (NE nº 15), nos quais serão compensados na transação junto a PGFN em 2025

(e) Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD

A perda estimada de liquidação duvidosa é mensurada a um valor igual a perda de crédito esperada para as contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes, levando em consideração a classificação do cliente de acordo com seu nível de risco, o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com as contas a receber.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se as contas a receber estão com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
(Em milhares de Reais)

3 Principais políticas e práticas contábeis materiais

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre as empresas que estão no perímetro de consolidação foram eliminados, bem como eventuais lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. A participação dos acionistas não controladores, quando houver, estará destacada.

As informações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

O quadro a seguir apresenta a relação de empresas controladas direta ou indiretamente pela ATMA para os exercícios de 2024 e 2023:

	% Participação direta ou indireta	
	2024	2023
Controladas diretas		
Contax S.A.	100%	100%
Elfe Operação e Manutenção S.A.	100%	100%
Solvian Tecnologia e Integração Eireli	100%	100%
Atma Administração Financeira Ltda.	100%	100%
Controladas indiretas		
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Eireli	100%	100%
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Eireli	100%	100%
Youtility Center do Brasil Serviços de Informática e Telemarketing Ltda.	100%	100%

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei no 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

3.2 Classificação de ativos e passivos

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal (até 12 meses);
- For mantido principalmente para negociação; ou
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.3 Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que ela opera, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

3.4 Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou qualquer ajuste.

3.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- **Ativos financeiros ao custo amortizado** (instrumentos de dívida): para ativos financeiros que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, os quais decorrem do recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida): aplicável aos ativos financeiros mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros;

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

- **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: corresponde aos ativos financeiros não mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados à mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais instrumentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.
- Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.
- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivo Financeiro - reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

- Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.6 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em decorrência da natureza dos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações de propriedade da Companhia, as estimativas de vida útil requerem considerável julgamento e são inerentemente incertas principalmente em decorrência da rápida evolução dessas tecnologias, podendo ocorrer obsolescência prematura de tais sistemas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado em conjunto com a análise de recuperação de ágio. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de recuperabilidade através da metodologia de fluxo de caixa descontado. Por sua vez, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada.

3.7 Ativo intangível

Os ativos intangíveis são recursos identificáveis, sob controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido no resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável, seja individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas.

3.8 Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamentos para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

3.9 Investimentos

Aplicação do método da Equivalência Patrimonial

A entidade com o controle conjunto, ou com influência significativa sobre uma investida, deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. A participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida no resultado do investidor.

Se o investidor mantém direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), vinte por cento ou mais do poder de voto da investida, presume-se que ele tenha influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado o contrário. Por outro lado, se o investidor detém, direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. A propriedade substancial ou majoritária da investida por outro investidor não necessariamente impede que um investidor tenha influência significativa sobre ela. A existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no conselho de administração ou na diretoria da investida
- participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- operações materiais entre o investidor e a investida;
- intercâmbio de diretores ou gerentes;
- fornecimento de informação técnica essencial.

Transações entre controladas

Os saldos e ganhos não realizados em transações com controladas, são eliminados proporcionalmente a participação da controladora na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (impairment). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, se aplicável, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

Transações e saldos em moedas estrangeiras

São convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os adiantamentos realizados em moedas estrangeiras são registrados pela taxa de câmbio da data que a entidade efetua os pagamentos ou recebimentos antecipados, reconhece (data de transação) como ativo não monetário ou passivo não monetário.

Teste de impairment fair-value

Os investimentos são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Combinações de negócio

São registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

3.10 Receita de vendas

As receitas de vendas de serviços são reconhecidas de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) - "Receita com Contratos de Clientes", que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os serviços são prestados e efetivamente aceitos pelos seus clientes. Esses critérios são considerados atendidos quando os serviços são transferidos ao comprador.

Os custos incrementais com a implantação de novas operações são ativados e reconhecidos no resultado pelo prazo inicial de cada novo contrato.

A receita é apresentada líquida de impostos incidentes, dos cancelamentos, dos abatimentos e descontos.

Os serviços são faturados e/ou estimados de acordo com a sua natureza, a saber:

- Serviços de atendimento, divididos entre:
 - (i) Telemarketing: receita auferida com base em tempo de conversação e/ou preço fixo por posição de atendimento ("PAs") disponibilizada ao cliente e/ou por preço variável com base em metas acordadas com os clientes;

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

- (ii) *Trade marketing*: receita reconhecida conforme preço fixo negociado na contraprestação de serviços de promoção de vendas (PDV) e demais serviços de marketing e apoio ao negócio;

- Serviços de manutenção industrial e *facilities*: receita auferida com base no nível de serviço prestado e/ou preço fixo mensal.

3.11 Tributos sobre a receita

As receitas das controladas da Companhia estão sujeitas principalmente aos seguintes tributos e alíquotas:

- PIS/COFINS: incidem sobre o faturamento bruto às alíquotas de 0,65% ou 1,65% para o PIS e 3,00% ou 7,60% para a COFINS;
- ISS: tributo de natureza municipal que incide sobre o faturamento bruto às alíquotas de 2% a 5% de acordo com a localidade onde o serviço é prestado;
- CPRB (Contribuição previdenciária sobre a receita bruta): incidência de 3,00% a 4,5% sobre a receita bruta em substituição à contribuição patronal de 20% sobre a remuneração dos empregados.

3.12 Custos e despesas

Os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com o regime de competência e estão representados principalmente por gastos com pessoal, materiais e serviços de terceiros.

3.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem os ganhos sobre montantes investidos em ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros. As despesas financeiras compreendem juros e atualização monetária de passivos financeiros.

3.14 Lucro (Prejuízo) por ação

O cálculo do lucro ou prejuízo básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.

3.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Em 2024, a Companhia não possuía transações dessa modalidade.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. (Em milhares de Reais)

3.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **IFRS 18:** Em abril de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu a IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, substituindo a IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis). A nova norma estabelece requisitos aprimorados para a apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e amplia a transparência na divulgação de medidas de desempenho.

A IFRS 18 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida internacionalmente. No entanto, no Brasil, a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

- **IFRS 19:** Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação – Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

- **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial** - Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
(Em milhares de Reais)

- Alterações ao CPC 02 (R2)** – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos bancários	1	908
Aplicações financeiras	68.430	58.421
	68.431	59.329

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia tem como política a alocação de disponibilidades de curto prazo em aplicações financeiras remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são concentradas em instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média no ano foi de 100% do CDI.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
(Em milhares de Reais)

5 Contas a receber de clientes

5.1 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	49.776	95.602
(-) Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD	-	(10.247)
	<u>49.776</u>	<u>85.355</u>

A composição dos valores do contas a receber por faixa de vencimento está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A faturar	42.525	27.744
A vencer	5.400	13.146
Até 30 dias	1.645	25.488
Vencidos de 31 a 60 dias	-	18.977
Vencidos de 61 a 90 dias	50	-
Vencidos de 91 a 180 dias	156	-
Vencidos acima de 180 dias	-	10.247
(-) Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	(10.247)
	<u>49.776</u>	<u>85.355</u>

movimentação das perdas esperadas com créditos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(10.247)	(7.540)
Constituição de PECLD	-	(2.707)
Baixa PCLD	10.247	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>	<u>(10.247)</u>

5.2 Contratos em garantia

O saldo das contas a receber da controlada Elfe apresenta um montante de R\$ 5.525 (R\$ 3.373 em 31 de dezembro de 2023) relativo às garantias contratuais de retenções ocorridas sobre os faturamentos de contratos de prestação de serviços com o cliente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. As retenções correspondem a até 5% do valor faturado. Esses valores têm previsão de atualização pelo INPC e serão restituídos em sua totalidade ao término de cada contrato após o cumprimento das obrigações contratuais.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
(Em milhares de Reais)

6 Tributos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ/CSLL a recuperar	16.148	33.416
PIS/COFINS a recuperar	43.219	50.150
INSS a recuperar	30.102	58.994
ISS a recuperar	13.305	21.258
Outros impostos	8.393	18.013
	111.167	181.831
Circulante	26.689	-
Não circulante	84.478	-

Ao encerramento do exercício de 2024, o GRUPO ATMA apresentou impostos a recuperar no ativo circulante e não circulante totalizando o montante de R\$ 111.167 mil, constituídos principalmente por créditos fiscais recuperáveis e retenções em impostos sobre serviços. Esses saldos são resultado das atividades diversificadas do grupo nos setores de CRM cobrança, promoção de vendas, óleo e gás, entre outros, e são administrados conforme as normas tributárias vigentes, visando sua realização no curto e longo prazo. A realização dos saldos ocorrerá através de compensações fiscais nas apurações mensais ou mediante restituições e ressarcimentos, conforme permitido pela legislação tributária, garantindo a eficiência fiscal e financeira do grupo.

7 Despesas antecipadas e demais ativos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Créditos retidos por clientes	-	45.895
Despesas antecipadas (a)	4.185	14.123
	4.185	60.018
Circulante	2.820	14.123
Não circulante	1.365	45.895

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
(Em milhares de Reais)

8 Investimentos

8.1 Movimentação dos investimentos

Controladora	% Part.	31/12/2023	Aumento de capital (i)	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2024
Ágio					
Contax		74.365	-	-	74.365
Investimento					
Elfe Manutenção	100%	156.008	-	1.828	157.836
Contax (i)	100%	330.834	-	(77.035)	253.799
Atma Financeira*	100%	(9.122)	-	(585)	(9.707)
Solvian Tecnologia*	100%	(10.325)	-	765	(9.560)
		541.760	-	(75.027)	466.733
Investimento		561.207	-	-	486.000
Obrigações* controladas		(19.447)	-	-	(19.267)

Controladora	% Part.	31/12/2022	Aumento de capital (i)	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2023
Ágio					
Contax		74.365	-	-	74.365
Investimento					
Elfe Manutenção	100%	87.162	-	68.846	156.008
Contax (i)	100%	(233.300)	79.858	484.276	330.834
Atma Financeira	100%	(7.686)	-	(1.436)	(9.122)
Solvian Tecnologia	100%	(9.896)	-	(429)	(10.325)
		(163.720)	79.858	551.257	467.395
Investimento		161.527	-	-	561.207
Obrigações com controladas		(250.882)	-	-	(19.447)

O aumento de capital na investida “CONTAX” ocorreu mediante a utilização de passivo (Mutuo) entre as partes em 27 de abril de 2023.

8.2 Informações financeiras resumidas das controladas diretas:

	31/12/2024			
	Contax	Elfe	Solvian	Atma financeira
Ativo circulante	231.495	170.297	305	783
Ativo não circulante	781.947	229.247	33.492	146.317
Passivo circulante	282.728	62.078	646	5.712
Passivo não circulante	476.916	179.629	42.711	151.096
Patrimônio líquido	253.799	157.837	(9.560)	(9.708)
Receita líquida	260.907	33.242	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	(77.035)	1.828	765	(585)

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023			
	Contax	Elfe	Solvian	Atma financeira
Ativo circulante	284.997	218.200	305	147
Ativo não circulante	835.232	258.988	34.766	112.887
Passivo circulante	247.971	105.445	646	3.685
Passivo não circulante	541.424	215.735	44.750	118.471
Patrimônio líquido	330.834	156.008	(10.325)	(9.122)
Receita líquida	232.253	49.176	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	484.276	68.846	(429)	(1.436)

9 Imobilizado

(a) Saldos

	Consolidado - 31/12/2024			
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de transmissão	20,00%	25.902	(25.902)	-
Equipamentos de energia	6,67%	48.244	(46.004)	2.240
Equipamentos de climatização	7,69%	48.406	(46.919)	1.487
Máquinas e equipamentos	11,11%	45.702	(38.703)	6.999
Informática	25,00%	485.807	(485.522)	285
Veículos	20,00%	1.325	(1.325)	-
Móveis e utensílios	11,11%	167.207	(165.820)	1.387
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	313.002	(310.087)	2.915
Imobilizado		1.135.595	(1.120.282)	15.313

	Consolidado - 31/12/2023			
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos		3.919	-	3.919
Prédios	7,14%	7.558	(6.491)	1.067
Equipamentos de transmissão	20,00%	25.902	(25.902)	-
Equipamentos de energia	6,67%	48.244	(45.817)	2.427
Equipamentos de climatização	7,69%	48.406	(45.428)	2.978
Máquinas e equipamentos	11,11%	49.071	(37.995)	11.076
Informática	25,00%	487.557	(486.992)	565
Veículos	20,00%	3.553	(3.533)	20
Móveis e utensílios	11,11%	167.226	(166.056)	1.170
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	313.002	(308.877)	4.125
Imobilizado		1.154.438	(1.127.091)	27.347

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

(b) Movimentação

Consolidado - 31/12/2024					
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	31/12/2023	Adições	Baixas / Transferências	Depreciação 31/12/2024
Terrenos		3.919	-	(3.919)	-
Prédios	7,14%	1.067	-	(1.000)	(67)
Equipamentos de energia	6,67%	2.427	-	1.485	(1.672)
Equipamentos de climatização	7,69%	2.978	-	-	(1.491)
Máquinas e equipamentos	11,11%	11.076	121	(366)	(3.567)
Informática	25,00%	565	-	(64)	(216)
Veículos	20,00%	20	-	-	(20)
Móveis e utensílios	11,11%	1.170	9	75	(132)
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	4.125	-	(42)	(1.168)
Imobilizado líquido		27.347	130	(3.831)	(8.333)
Consolidado - 31/12/2023					
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	31/12/2022	Adições	Baixas / Transferências	Depreciação 31/12/2023
Terrenos		3.919	-	-	-
Prédios	7,14%	1.682	-	-	(615)
Equipamentos de transmissão	20,00%	40	-	-	(40)
Equipamentos de energia	6,67%	3.866	-	-	(1.439)
Equipamentos de climatização	7,69%	4.547	-	-	(1.569)
Máquinas e equipamentos	11,11%	12.891	763	-	(2.578)
Informática	25,00%	429	247	-	(111)
Veículos	20,00%	20	-	-	-
Móveis e utensílios	11,11%	1.750	854	-	(1.434)
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	8.387	1.722	-	(5.984)
Imobilizado líquido		37.531	3.586	-	(13.770)

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

Análise do valor recuperável de ativos

Com base na avaliação da administração, em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

10 Intangível

(a) Saldos

Controladora - 31/12/2024			
Amortização Taxa média ponderada a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	23	-	23
Carteira de Clientes	35.669	(35.669)	-
Ágio s/ Investimentos	320.613	-	320.613
Intangível líquido	356.305	(35.669)	320.636

Consolidado - 31/12/2024			
Amortização Taxa média ponderada a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	643.345	(638.479)	6.294
Carteira de Clientes	35.669	(35.669)	-
Ágio s/ Investimentos	640.465	-	640.465
Intangível líquido	1.319.479	(720.428)	646.759

Controladora - 31/12/2023			
Amortização Taxa média ponderada a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	402	(379)	23
Carteira de Clientes	200.226	(164.557)	35.669
Ágio s/ Investimentos	320.613	-	320.613
Intangível líquido	521.241	(164.936)	356.305

Consolidado - 31/12/2023			
Amortização Taxa média ponderada a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	652.759	(635.981)	16.778
Carteira de Clientes	251.442	(215.773)	35.669
Ágio s/ Investimentos	640.465	-	640.465
Intangível líquido	1.544.666	(851.754)	692.912

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

(b) Movimentação

Controladora - 31/12/2024						
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2023	Adições	Transferências / Baixas	Amortização	31/12/2024
Software	10,00%	23	-	-	-	23
Carteira de Clientes	20,00%	35.669	-	-	(35.669)	-
Ágio s/ Investimentos		320.613	-	-	-	320.613
Intangível líquido		356.305	-	-	(35.669)	320.636
Consolidado - 31/12/2024						
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2023	Adições	Transferências / Baixas	Amortização	31/12/2024
Software	10,00%	16.778	-	-	(10.484)	6.294
Carteira de Clientes	20,00%	35.669	-	-	(35.669)	-
Ágio s/ Investimentos		640.465	-	-	-	640.465
Intangível líquido		692.912	-	-	(46.153)	646.759
Controladora - 31/12/2023						
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2022	Adições	Transferências / Baixas	Amortização	31/12/2023
Software	10,00%	23	-	-	-	23
Carteira de Clientes	20,00%	76.332	-	-	(40.663)	35.669
Ágio s/ Investimentos		320.613	-	-	-	320.613
Intangível líquido		396.968	-	-	(40.663)	356.305
Consolidado - 31/12/2023						
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2022	Adições	Transferências / Baixas	Amortização	31/12/2023
Software	10,00%	47.424	-	-	(30.646)	16.778
Carteira de Clientes	20,00%	76.332	-	-	(40.663)	35.669
Ágio s/ Investimentos		588.294	52.171	-	-	640.465
Intangível líquido		712.050	52.171	-	(71.309)	692.912

11 Direito de uso

(a) Saldos

Consolidado - 31/12/2024		
	Custo	Depreciação acumulada
Edificações	36.002	(20.483)
Direito de uso líquido	36.002	(20.483)

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

		Consolidado - 31/12/2023			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
	Edificações	36.002	(14.461)	21.541	
	Direito de uso líquido	36.002	(14.461)	21.541	
(b)	Movimentação				
		Consolidado - 31/12/2024			
	31/12/2023	Adições	Transferências / Baixas (i)	Depreciação	31/12/2024
	21.541	-	2	(6.024)	15.519
	21.541	-	2	(6.024)	15.519
		Consolidado - 31/12/2023			
	31/12/2022	Adições	Transferências / Baixas (i)	Depreciação	31/12/2023
	146.548	-	(109.688)	(15.319)	21.541
	146.548	-	(109.688)	(15.319)	21.541

(i) Conforme alinhado em seu plano de negócios e estratégia de reestruturação a Companhia otimizou a utilização de seus sites e com isso ocorreu a devolução e reorganização dos sites para a melhora operacional.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	2.479	1.735	65.414	61.054
	2.479	1.735	65.414	61.054
Circulante ⁽¹⁾	1.439	531	26.351	21.824
Não circulante ⁽²⁾	1.040	1.204	39.063	39.230

⁽¹⁾ Contempla principalmente fornecedores de: tecnologia da informação e manutenção de infraestrutura predial.

⁽²⁾ Os saldos classificados como não circulante referem-se a créditos concursais listados na recuperação judicial.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

13 Salários, encargos sociais e benefícios

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários e honorários	16.394	15.949
Rescisões trabalhistas	44.482	46.269
Provisões de 13º	-	1.718
Provisões de férias	21.709	20.734
Encargos sociais (a) e (b)	51.042	41.267
	133.627	125.937

(a) As Contribuições previdenciárias, apesar de mantidas em provisão, são liquidadas mediante compensação com créditos, igualmente administrados pela RFB, quais sejam, as rubricas do sistema "S", quando estes foram quitados com base de cálculo superior a 20 salários mínimos.

14 Tributos a recolher e parcelamentos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS	-	-	16.094	11.149
CPRB	-	-	24.847	20.288
ISS	-	-	75.659	72.798
Parcelamentos fiscais (i)	-	444	86.163	81.338
Parcelamentos fiscais PGFN (ii)	11.690	10.597	91.784	167.982
Outros tributos a recolher	202	231	26.161	23.756
	11.892	11.272	320.708	377.311
Circulante	1.142	1.458	157.378	155.175
Não circulante	10.750	9.814	163.330	222.136

(i) Os parcelamentos fiscais foram realizados conforme previsto na legislação em vigor, em especial Leis nº 10.522/2002 (parcelamentos ordinários), nº 11.941/2009 (REFIS), nº 12.996/2014 (Reabertura do REFIS IV) e nº 13.496/2017 (PERT), os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e a Companhia está adimplente.

(ii) O parcelamento foi consolidado na modalidade transação tributária individual nos termos da lei nº 13.988/2000 regulamentada pela portaria PGFN nº 6757/2022, com as seguintes premissas: renúncia fiscal; amortização com prejuízos fiscais; e o saldo remanescente diluídos em 120 parcelas para os tributos federais e 60 parcelas para as contribuições previdenciárias, com escalonamento nas primeiras 36 parcelas sendo as mesmas atualizadas por SELIC. A Companhia está adimplente.

O quadro a seguir apresenta o cronograma de pagamento dos parcelamentos fiscais:

	Consolidado
2026	16.333
2027	24.500
2028	57.166
2029 em diante	65.331
Total não circulante	163.330

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

15 Imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado			
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal	62.341	-	(42.429)	19.912
Diferenças temporárias	61.964	-	(61.964)	-
	124.305	-	(104.393)	19.912
	Consolidado			
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Passivo não circulante				
Diferenças temporárias	264.790	-	(72.095)	192.695
	264.790	-	(72.095)	192.695
Liquido	140.485	-	32.298	172.783

Os ativos e passivos fiscais diferidos se referem às diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal.

O saldo consolidado de base prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 3.401.535 mil (R\$ 2.972.733 mil em 31 de dezembro de 2023). A manutenção do saldo se faz necessária vez que o mesmo será integralmente consumido para amortização de passivo fiscal ora em fase de negociação com PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional 2ª/Região-RJ sob o nº de requerimento nº 20240404519 e nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/22.

15.1 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(124.739)	587.973	(103.662)	475.322
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	42.411	(199.911)	35.245	(161.609)
Ajustes:				
Equivalência patrimonial	(25.509)	187.427	-	-
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas	-	(47.489)	(12.464)	139.938
Impostos diferidos consumidos (não constituídos s/ prejuízo fiscal)	(32.922)	62.053	(59.877)	136.302
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	(16.020)	2.080	(37.096)	114.631
Corrente	-	-	(4.798)	-
Diferido	(16.020)	2.080	(32.298)	114.631

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

16 Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

16.1 Debêntures

A composição e movimentação das debêntures em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Empresa	Emissão	Data de emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	31/12/2023	Amortizações	Encargos financeiros	Atualização monetária	31/12/2024
ATMA (RJ)	7ª - 1ª série	13/08/2020	11/04/2038	CDI + 1,00%	60.193	-	-	6.396	66.589
ATMA (RJ)	7ª - 3ª série	13/08/2020	11/04/2038	TR + 1,00%	8.763	-	-	-	8.763
CONTAX (RJ)	Crédito do Plano 2025	13/08/2020	11/04/2038	CDI + 1,00%	11.056	-	-	1.371	12.427
CONTAX (RJ)	Crédito do Plano 2038	13/08/2020	11/04/2038	TR + 1,00%	3.091	-	-	-	3.091
ELFE	2ª - 1ª série	04/10/2018	29/06/2026	IPCA +12%	4.909	(1.251)	802	-	4.460
ELFE	2ª - 2ª série	30/06/2021	29/06/2026	IPCA +12%	16.284	(7.094)	5.265	-	14.455
					104.296	(8.345)	6.067	7.767	109.785
Circulante					-	-	-	-	2.757
Não circulante					104.296	-	-	-	107.028

Os saldos de debêntures foram considerados no processo de recuperação judicial e portanto não possui Covenants.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

16.2 Empréstimos e financiamentos

A composição e movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2023	Captações	Amortizações/Efeitos RJ	Baixa RJ	Transferência para RJ	Encargos financeiros	Atualizações Monetárias	31/12/2024
ATMA										
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	1.710	-	-	-	-	-	(38)	1.672
CONTAX										
FIDC São Carlos	2029	10,70% a.a.	23.058	11.643	-	-	-	10.061	-	44.762
Recovery Lex	2029	10,70% a.a.	24.732	-	(1.136)	-	-	1.018	-	24.614
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	13.194	-	(2.650)	-	-	-	785	11.329
ELFE										
Progridir - Petrobrás	2024	2,19% a.m.	35.529	-	-	(31.976)	(3.553)	-	-	-
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	51	-	-	-	3.553	-	227	3.831
ATMF										
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	450	-	-	-	-	-	10	460
FIDC	2025	3,22% a.m.	-	2.025	-	-	-	-	-	2.025
YOUTILITY										
FIDC	2025	IPCA 2,00% a.m.	-	3.000	-	-	-	-	117	3.117
			98.724	16.668	(3.786)	(31.976)	-	11.079	1.101	91.810
Circulante										56.782
Não Circulante										35.028

O cronograma de vencimentos dos empréstimos está apresentado abaixo:

	31/12/2024
2026	856
2027	1.352
2028	2.802
Acima de 3 anos	30.018
	35.028

17 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamento correspondem aos contratos de locação de edificações utilizadas nas atividades operacionais das controladas e foram valorados pelo valor presente das parcelas vincendas. A taxa de desconto vigente utilizada para cálculo do valor presente foi de 17,5% anual em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato. Segue quadro com a movimentação em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2024
Provisão com arrendamentos mercantis	25.086
Ajuste ao valor presente	(5.968)
	19.118
Passivo circulante	6.365
Passivo não circulante	12.753
	19.118

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

Objeto do arrendamento	Consolidado				
	31/12/2023	Novos contratos	Baixas (i)	Pagamentos	Juros incorridos
Edificações	25.018	-	(223)	(9.296)	3.619
Circulante	6.346				6.365
Não circulante	18.672				12.753

A seguir é apresentado o fluxo de pagamentos dos contratos de arrendamento:

Consolidado	31/12/2024
2026	6.251
2027	3.572
2028	3.084
Acima de 4 anos	4.287
Ajuste a valor presente	(4.441)
	12.753

18 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinadas ações judiciais e administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, que incluem processos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As ações são classificadas conforme a avaliação de probabilidade de perda dos processos entre os riscos de perda “provável”, “possível” ou “remota”. A provisão é registrada para processos com probabilidade de perda provável a qual é determinada pela Administração da Companhia com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em âmbito administrativo e judicial. O quadro a seguir apresenta a posição do contencioso e depósitos judiciais por natureza:

Natureza	Consolidado					
	Provável com provisão		Possível sem provisão		Depósitos judiciais	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Tributários	-	65.522	328.542	239.093	(66.916)	(66.922)
Trabalhistas	316	1.500	23.086	31.010	(95.521)	(119.958)
Cíveis	-	-	293.281	291.282	(1.565)	(1.565)
	316	67.022	644.909	561.385	(164.002)	(188.445)

A movimentação de depósitos judiciais no exercício de 2024 é demonstrada a seguir:

Natureza	Consolidado		
	31/12/2023	Adições / Baixas	31/12/2024
Tributários	66.922	-	66.922
Trabalhistas	119.958	(24.443)	95.515
Cíveis	1.565	-	1.565
Total	188.445	(24.443)	164.002

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

18.1 Provisão para perdas prováveis

A movimentação das provisões no exercício de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:

					Consolidado
Natureza	31/12/2023	Adições	Baixas / Reversões	Atualização monetária	31/12/2024
Tributários	65.522	-	(65.522)	-	-
Trabalhistas	1.500	-	(1.184)	-	316
Cíveis	-	-	-	-	-
Total	67.022	-	(66.706)	-	316

					Consolidado
Natureza	31/12/2022	Adições	Baixas / Reversões	Atualização monetária	31/12/2023
Tributários	65.522	-	-	-	65.522
Trabalhistas	80.828	3.000	(82.328)	-	1.500
Cíveis	134	-	(134)	-	-
Total	146.484	3.000	(82.462)	-	67.022

18.1.1 Trabalhistas

As controladas da Companhia possuem diversos processos trabalhistas onde as principais discussões estão relacionadas às horas extras e remuneração variável. Existem diversas ações estruturadas em andamento que visam a redução tanto do estoque de processos ativos como na quantidade de processos entrantes há um total de 15.305 processos trabalhistas. Desses, 14.995 possuem créditos de natureza concursal, ou seja, serão pagos conforme o plano aprovado na recuperação judicial. Já os 310 processos restantes envolvem créditos de natureza extraconcursal e, portanto, serão pagos fora do âmbito da recuperação judicial.

18.1.2 Contingências classificadas como perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem contingências de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e cível com avaliações de perda possível, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

As principais contingências classificadas com probabilidade de perda possível estão apresentadas a seguir:

18.2.1 Tributário e previdenciário

As controladas Contax e Elfe possuem processos que discutem a aplicação de normas tributárias que padecem de vícios de ilegalidade e de inconstitucionalidade e que, por conseguinte, embasam a exigência indevida de tributos, tais como indeferimento de compensação de saldo negativo de IRPJ e CSLL, PIS/COFINS sobre receita financeira, indeferimento de compensação com créditos de PIS/COFINS, Imposto sobre Serviços (ISS), incidência de FGTS sobre valores pagos a funcionários e Contribuição Previdenciária, que, com base na opinião dos nossos assessores jurídicos, são classificados com perda possível.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

- Em dezembro de 2013, a Contax foi autuada pelo fisco Municipal por entender que o recolhimento das alíquotas de ISS aplicáveis era de 5% (*serviços de cobrança*) e não de 2% (*serviços de telemarketing*), nos períodos entre dezembro/2008 e junho/2013, no valor aproximado de R\$ 30 milhões.

Adicionalmente, a fiscalização municipal também glosou parte dos abatimentos realizados pela Contax a título de doações para incentivos culturais (benefício fiscal concedido pelo Município), sob a alegação de falta de comprovação dos depósitos efetuados em favor dos produtores das atividades incentivadas. O auto de infração foi julgado procedente e a companhia interpôs recurso voluntário, o qual foi julgado parcialmente favorável. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial, inadmitido em dezembro/2016.

A companhia ajuizou a ação anulatória de débito fiscal na qual obteve tutela em setembro de 2017, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário sob análise. Em 18/11/2019 o Juiz nomeou o perito para realização da prova pericial contábil.

- Em abril de 2014, a companhia entrou com ação anulatória para cancelar autuação de FGTS sobre os pagamentos em dinheiro a título de vale-transporte. O processo teve sentença favorável em outubro de 2015, a qual foi revertida em 2ª instância no 4º trimestre de 2019, no valor aproximado de R\$ 72 milhões.
- Em 2020, a companhia foi intimada da lavratura do auto de infração exigindo a contribuição adicional para custeio de aposentadoria especial decorrente de exposição habitual e permanente de segurados empregados ao agente nocivo ruído com relação ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016, no valor aproximado de R\$ 104 milhões.
- Em dezembro de 2020, a controlada Elfe recebeu intimação de não homologação de lançamentos efetuados em GFIPs a título de desoneração da folha, em substituição à Contribuição Previdenciária Patronal ("CPP") incidente sobre a folha de salários à alíquota de 20%, no período incorrido entre jan/2016 a jul/2018, no valor aproximado de R\$ 65 milhões.
- Até 31 de dezembro de 2024, não houve evolução no cenário apresentado.

RAT (Risco ambiental do trabalho)

A contribuição previdenciária sobre o RAT, incidente sobre a folha de salários, pode ser calculada com base em três diferentes alíquotas (1%, 2% ou 3%) correspondentes a cada tipo de risco (baixo, médio e grave, respectivamente), devendo ser aplicada a alíquota que reflete o risco de acidente ou doença do trabalho a que são expostos os empregados de uma dada empresa, tendo em vista a atividade econômica por ela desenvolvida.

Na aplicação da alíquota, além de levar em consideração a atividade econômica desenvolvida, a pessoa jurídica deve se pautar nos riscos efetivos a que estão expostos seus empregados, os quais podem ser aferidos pelos laudos e relatórios técnicos de riscos (PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

Em março de 2019, amparada por seus assessores jurídicos e respaldada por opiniões técnicas de especialistas renomados no mercado, a Companhia ajuizou ação judicial distribuída sob o nº 5015898-32.2019.4.02.5101 requerendo a aplicação a alíquota de 1% para o RAT somente a partir da data de ajuizamento da ação. A liminar foi deferida suspendendo a exigibilidade do RAT no que exceder à alíquota de 1%. A União interpôs agravo de instrumento contra a liminar, e em 06/06/2019 o tribunal atribuiu efeito suspensivo ao agravo, suspendendo os efeitos da liminar anteriormente concedida. Em desdobramento hierárquico, a Companhia recorreu da decisão manejando Resp nº 2119799/RJ e RE nº 1533179 e aguarda decisão final.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

Contingência Fiscal Relativa ao IRPJ e CSLL

Em 14 de novembro de 2024, foi lavrado auto de infração pela Receita Federal do Brasil, no município de Limeira – SP, exigindo valores adicionais de IRPJ e CSLL referentes ao período de janeiro a dezembro de 2021. A autuação fiscal decorre da apuração de diferença entre os valores declarados pela companhia e aqueles calculados com base na escrituração contábil e na legislação vigente, conforme entendimento da autoridade fiscal. A companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e fiscais, entende que existem argumentos técnicos relevantes para contestar a referida exigência, razão pela qual a demanda foi classificada como contingência possível, não havendo, portanto, constituição de provisão contábil, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A administração continuará acompanhando o andamento do processo administrativo e reavaliará a classificação contábil caso surjam novos fatos ou decisões que alterem a probabilidade de perda.

18.2.2 Trabalhista

A Companhia é parte em processos trabalhistas de ex-colaboradores com avaliação de perda possível, o qual foi mensurado com base no histórico de êxito médio e improcedências dos últimos 36 meses. Adicionalmente, existem ações judiciais movidas por entidades sindicais e órgãos públicos que, na opinião de nossos assessores legais, também são classificadas como perda possível, o montante de R\$ 23.086, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 31.010 em 31 de dezembro de 2023).

18.2.3 Cível

A Companhia é parte em processos com fornecedores que discutem o cumprimento de obrigações contratuais. Na avaliação de nossos assessores legais, estas demandas são de perda possível em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 155.006 (R\$ 291.282 em 31 de dezembro de 2023)

19 Demais obrigações

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Outras obrigações	11.776	20.761
	11.776	20.761
Circulante	-	8.753
Não circulante	11.776	12.008

A expectativa de liquidação destas obrigações está em 36 meses, relacionadas ao contrato de aquisição da Youtility, no qual a companhia pagou o montante de R\$ 5.900.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

20 Transações e saldos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contax S.A.	Mútuo (a)	-	293	-	-
Ativo não circulante		-	293	-	-
Contax S.A.	Mútuo (a)	(218.431)	(216.333)	-	-
Elfe Manutenção	Mútuo (a)	(164.090)	(164.112)	-	-
Atma Financeira	Mútuo (a)	(21.483)	(18.341)	-	-
Cotistas FIP Nilai	Mútuo (b)	(4.982)	(3.719)	(4.982)	(3.719)
Cotas no Plano RJ	Mútuo (c)	-	-	(1.301)	(1.270)
Passivo não circulante		(408.986)	(402.505)	(6.283)	(4.989)

- (a) Valores relativos ao contrato de mútuo para cobertura dos gastos da Holding, os mesmos serão tratados com o perdão de dívida deliberado entre as partes em 27 de março de 2025. (Nota 1);
- (b) Saldo referente à (i) contrato de mútuo realizado em 03 de maio de 2019 com a empresa Elfe, com remuneração a 130% do CDI, no valor de R\$ 4.982, e (ii) indenização a liquidar no valor de R\$ 1.301;
- (c) Valores relativos a acionistas no plano de recuperação judicial.

20.1 Avais concedidos

Em 31 de dezembro de 2024 não há avais concedidos em nome de partes relacionadas.

20.2 Remuneração dos administradores (Conselheiros de Administração e Diretores estatutários)

O total da despesa com remuneração e benefícios à Administração é apresentado a seguir para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Salários/Honorários	3.020	4.815
Encargos (INSS)	210	229
Benefícios	205	283
	3.435	5.327

O valor da remuneração total da Administração foi de R\$ 3.435, sendo o montante máximo aprovado de R\$ 5.645, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 10 de maio de 2024.

A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é de R\$ 1.419.403 (R\$ 1.419.403 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 26.710.356 ações ordinárias (26.710.356 em 31 de dezembro de 2023), escriturais e sem valor nominal.

21.2 Ações - Composição e movimentação

O quadro a seguir apresenta a quantidade de ações e os detentores de ações ordinárias da Companhia com participação relevante em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
Acionistas				
Providence LLC	14.924.585	55,87%	14.924.585	55,87%
Demais acionistas	11.783.567	44,12%	11.783.567	44,12%
Total de ações ordinárias em circulação	26.708.152	99,99	26.708.152	99,99
Ações em tesouraria	2.204	0,01	2.204	0,01
Total de ações ordinárias	26.710.356	100%	26.710.356	100%

21.3 Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação:

- (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social;
- (ii) do saldo do lucro líquido do exercício obtido após a dedução de que trata o item anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório a todos os seus acionistas; e
- (iii) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, respeitada a reserva de lucros a realizar, será levada à reserva para investimentos, destinada a assegurar a realização de investimentos de interesse da companhia, bem como para reforçar seu capital de giro, a qual não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, o valor do capital social.
- (iv) O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2024 no passivo não circulante no valor de R\$ 4.751 (R\$ 4.527 em 31 de dezembro de 2023), se refere ao saldo remanescente dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015 e que foram suspensos pela Assembleias Gerais da Companhia de 29 de dezembro de 2015 e 19 de dezembro de 2016 devido à modificação substancial da situação financeira da Companhia desde a data de sua declaração e integram o plano de recuperação judicial homologado.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

22 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2024	2023
Receita operacional bruta	415.262	353.566
Tributos sobre as receitas		
Pis/Cofins	(17.471)	(16.841)
CPRB	(13.404)	(13.817)
ISS	(12.245)	(11.749)
ICMS	(148)	(365)
Abatimentos da receita	(241)	(3.189)
Receita operacional líquida	371.753	307.605

23 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta sua demonstração do resultado utilizando a classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

23.1 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2024	2023
Salários, encargos e benefícios	(272.286)	(254.902)
Infraestrutura e serviços	(36.864)	(35.776)
Materiais	(1.339)	(2.765)
Depreciação e amortização	(21.603)	(53.290)
	(332.092)	(346.733)

23.2 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários, encargos e benefícios	(601)	(591)	(49.032)	(14.260)
Serviços de terceiros	(641)	(1.773)	(37.830)	(94.490)
Materiais	-	-	(904)	(185)
Depreciação e amortização	-	-	(3.237)	(208)
	(1.242)	(2.364)	(91.003)	(109.143)

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

24 Outras (Despesas)/receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Venda de imobilizado	-	-	4.125	-
Programa de relacionamento	-	-	-	1.318
Reversão de contingencia	-	-	20.953	-
Recuperação de tributos	-	11.737	29.815	19.853
	<u>-</u>	<u>11.737</u>	<u>54.893</u>	<u>21.171</u>
Despesas				
Contingências e multas tributárias (*)	(2.886)	-	(20.430)	(715)
Amortização intangível carteira de clientes	(35.669)	(40.663)	(35.669)	(40.663)
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-	-	-	(2.707)
Perdas do Contas a Receber	-	-	-	(43.112)
Outras	(1.717)	(144)	(645)	(6.284)
	<u>(40.272)</u>	<u>(40.807)</u>	<u>(56.744)</u>	<u>(93.481)</u>
	<u>(40.272)</u>	<u>(29.070)</u>	<u>(1.851)</u>	<u>(72.310)</u>

(*) Gastos com assessoria advocatícia, e escritório que fazem assessoria a Recuperação Judicial.

25 Receitas (Despesas) financeiras líquidas

25.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	6.590	9.299
Juros e atualizações sobre outros ativos	-	2	-	6
Descontos obtidos	1	-	1.716	559
Efeitos recuperação judicial	-	54.331	-	453.798
Efeitos transação PGFN	-	23.778	-	253.442
Atualização monetária de ativos fiscais	-	-	-	35.268
	<u>1</u>	<u>78.111</u>	<u>8.306</u>	<u>752.372</u>

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

25.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures (Nota 16)	11	-	(6.067)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16)	-	(179)	(11.196)	(5.972)
Juros sobre arrendamento mercantil (Nota 17)	-	-	(3.619)	(3.239)
Juros sobre fornecedores	(21)	(2)	(5.189)	(2.105)
Atualização monetária RJ	(6.704)	(9.263)	(10.588)	(13.884)
Atualização financeira de passivos fiscais	(11)	-	(17.245)	(18.314)
IOF sobre mútuos (Nota20)	-	(55)	-	(9.769)
Outras despesas financeiras, líquidas	(1.473)	(562)	(4.871)	(3.186)
	(8.198)	(10.061)	(58.775)	(56.469)

26 Resultado por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	(140.758)	589.953
Número médio ponderado de ações		
Básico	26.710.356	26.710.356
Diluído	26.710.356	26.710.356
Lucro por ação em Reais:		
Básico	5,2698	22,0871
Diluído	5,2698	22,0871

Ativos Mantidos para Venda

Em 2024, a empresa realizou a transferência de ativos para a categoria de ativos mantidos para venda, conforme previsto no CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. No entanto, vale destacar que, ao contrário de uma venda, a transferência dos ativos para esta categoria tem o objetivo de utilizá-los como contraprestação para honrar compromissos assumidos pela Atma Participações S.A. e suas subsidiárias, conforme explicado abaixo.

A transferência foi realizada com base no valor contábil dos ativos, que não excede o seu valor justo líquido de custos de venda.

- Comprometimento com o Plano de Contraprestação do Ativo

Em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Atma Participações S.A. aprovaram a formalização de contratos de contragarantia, com o intuito de resguardar as pessoas físicas e jurídicas que figuram como avalistas de eventuais obrigações decorrentes das operações financeiras realizadas pela Atma Participações S.A. e suas subsidiárias.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

Posteriormente, o Conselho de Administração, em reunião, deliberou sobre a formalização desses contratos de contragarantia e expressou a possibilidade de utilizar bens da Atma Participações S.A. e suas subsidiárias como garantia em discussões judiciais nas quais os avalistas figurem no polo passivo.

Assim, a Atma Participações S.A. e suas subsidiárias, com a anuência dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária e dos conselheiros em reunião do Conselho de Administração, optaram por utilizar dois de seus bens do grupo Atma como contraprestação para honrar os compromissos assumidos nos contratos de contragarantia, apresentando-os como garantia nas ações movidas pela Plenitude.

- Bens Utilizados como Contraprestação

Os bens utilizados como contraprestação para os compromissos assumidos nos contratos de contragarantia são:

- Imóvel localizado em São Cristóvão/RJ, de propriedade da Contax (R\$ 1.057 mil)
- Imóvel localizado em Mossoró/RN, de propriedade da Metalfort.(R\$ 3.905 mil)

É importante ressaltar que, em 28/08/2024, foi aprovada a alteração do objeto social da Contax e da Metalfort para incluir, entre suas atividades, a compra, venda, administração, arrendamento e comercialização de imóveis próprios.

27 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais; com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atendimento a clientes” e “Manutenção”.

Resultados por segmentos de negócios Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Atendimento a clientes	Manutenção	Total
Receitas			
Receita operacional bruta	373.999	41.262	415.261
Tributos e deduções sobre as receitas	(35.489)	(8.019)	(43.508)
Receita operacional líquida	338.510	33.243	371.753
Custos			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(246.743)	(25.542)	(272.285)
Infraestrutura e serviços	(34.683)	(2.181)	(36.864)
Materiais	(488)	(851)	(1.339)
Depreciação e amortização	(18.508)	(3.094)	(21.602)
Total dos custos	(300.422)	(31.668)	(332.090)
Despesas			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(44.915)	(4.117)	(49.032)
Serviços de terceiros	(35.609)	(2.221)	(37.830)
Materiais	(779)	(125)	(904)
Depreciação e amortização	(1.786)	(1.451)	(3.237)
Total das despesas	(83.089)	(7.914)	(91.003)
Resultado operacional	(45.001)	(6.339)	(51.340)

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

Resultados por segmentos de negócios Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Atendimento a clientes	Manutenção	Total
Resultados por segmentos de negócios Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Atendimento a clientes	Manutenção	Total
Receitas			
Receita operacional bruta	286.587	66.979	353.566
Tributos e deduções sobre as receitas	(28.159)	(17.802)	(45.961)
Receita operacional líquida	258.428	49.177	307.605
Custos			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(207.248)	(47.654)	(254.902)
Infraestrutura e serviços	(23.261)	(12.514)	(35.775)
Materiais	(558)	(2.207)	(2.765)
Depreciação e amortização	(49.292)	(3.998)	(53.290)
Total dos custos	(280.359)	(66.373)	(346.732)
Despesas			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(12.817)	(851)	(13.668)
Serviços de terceiros	(80.238)	(12.479)	(92.717)
Materiais	(100)	(86)	(186)
Depreciação e amortização	(208)	-	(208)
Total das despesas	(93.363)	(13.416)	(106.779)
Resultado operacional	(115.294)	(30.612)	(145.906)

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo, que não sejam derivativos, referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais partes relacionadas, empréstimos, debêntures, fornecedores, passivo de arrendamento, partes relacionadas e demais obrigações. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações do Grupo. Os principais ativos financeiros do Grupo resultam diretamente de suas operações.

O Grupo está exposto a risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez

28.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia executou o plano de reestruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento e diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. A Companhia deu passos importantes em seu processo de reestruturação para priorizar sua capacidade de gerar valor para seus clientes, colaboradores e parceiros realizando ajustes em Receitas, Custos e Portfólio de Serviços visando reestabelecimento dos níveis operacionais e aumento da liquidez financeira.

28.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

O risco de crédito relacionado as contas a receber ocorre por conta de perda esperada com créditos, sendo monitorado ativamente por equipe dedicada. As vendas da Sociedade estão concentradas em quatro principais clientes, o que minimiza a possibilidade de problemas decorrentes de inadimplência, em vista do processo de seleção desses clientes, os quatro principais clientes representam 67% no consolidado.

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.

O risco de crédito de depósitos à vista e aplicações financeiras está limitado às contrapartes. A Companhia possui política vigente estabelecendo que este tipo de operação somente será contratado junto a instituições financeiras de primeira linha.

28.3 Administração do risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as estimativas baseadas em projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 31 de dezembro de 2024. Tais estimativas indicam as seguintes taxas como cenário provável:

				Taxa estimada a.a. cenário provável
Índice				
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"				10,88%
Índice de Preços ao Consumidor Amplo - "IPCA"				4,83%
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável
Empréstimos	(1.672)	Aumento IPCA	5%	(1.753)
Debêntures	(75.351)	Aumento IPCA	5%	(78.990)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				3.720
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável
Equivalentes de caixa	68.431	Queda CDI	10,88%	75.876
Empréstimos	(91.810)	Aumento IPCA	5%	(96.244)
Debêntures	(109.785)	Aumento IPCA	5%	(115.089)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				2.292

28.4 Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

		Controladora		Consolidado	
Categoria		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1	1	68.431	59.329
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	49.776	85.355
Contratos em garantia	Custo amortizado	-	-	5.525	3.373
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	16.561	164.002	188.444
Outros Ativos	Custo amortizado	-	-	2.820	60.018
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	293	-	-
		1	16.855	290.554	396.519
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	(2.479)	(1.735)	(65.414)	(61.054)
Debêntures	Custo amortizado	(75.351)	(68.956)	(109.785)	(104.296)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(1.672)	(1.710)	(91.810)	(98.724)
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	-	(19.118)	(25.018)
Partes relacionadas	Custo amortizado	(408.986)	(402.505)	(6.283)	(3.699)
Demais obrigações	Custo amortizado	-	(35)	(11.776)	(20.803)
		(488.488)	(474.941)	(304.186)	(313.594)

Atma Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas acima.

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

28.5 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia avalia seus ativos e passivos financeiros a valor justo com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Deliberação CVM no 699/12, que envolve os seguintes aspectos:

- O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e
- Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia.

Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- **Nível 2** - preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e
- **Nível 3** - instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 para os instrumentos financeiros do Grupo de "Custo Amortizado", que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, outros ativos, partes relacionadas, fornecedores, arrendamento e empréstimos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas

29 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar seus efeitos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, os contratos estão vigentes considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da Companhia. As necessidades de cobertura da Companhia são revisadas periodicamente

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
DE 07 DE ABRIL DE 2025**

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da **ATMA Participações S.A. – Em Recuperação Judicial** (“ATMA” ou “Companhia”), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, incisos II e III, da Lei das Sociedades por Ações, tendo examinado o relatório da administração e as demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e tomando como base os esclarecimentos prestados pelos representantes da Companhia e da Mazars Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, em todos os seus aspectos, examinadas à luz da legislação societária vigente, estão adequadamente apresentadas e, por unanimidade, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 07 de abril de 2025.

Ricardo Saife Monteiro
Presidente do Conselho Fiscal

Hugo Tadao Ozawa
Membro Efetivo

Vanderley Martins de Paiva
Membro Efetivo

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com artigo 27 da Resolução CVM N° 80/22, os diretores da Atma Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, declaram que, sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024: (i) reviram, discutiram e concordam com o relatório dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

São Paulo, 07 de abril de 2025.

André Felipe Rosado França

Diretor Presidente

Rodrigo Santana Canhiçares

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores